



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

AV. PRESIDENTE DUTRA, 1889 - Bairro BAIXA DA UNIÃO - CEP 76805901 - Porto Velho - RO - www.tre-ro.jus.br

PROCESSO: 0001016-92.2021.6.22.8000

INTERESSADO: Secretária de Tecnologia da Informação e Comunicação - STIC

ASSUNTO: Registro de preço (órgão participante) – SRP – Pregão Eletrônico nº 73/2022 TRE-PE – Ata de Registro de Preços nº 100/2022 – Aquisição de *firewall* com *software* de análise de *logs*, conexão 2FA para VPN e suporte e garantia de 60 meses.

DESPACHO Nº 450 / 2023 - PRES/DG/GABDG

Trata-se de processo administrativo instaurado pela Seção de Governança da STIC deste Tribunal, com o objetivo de dar continuidade **aquisição/contratação de Infraestrutura para VPN** em consonância com o Plano de Contratação de TIC 2021, 2021-N06 ([0667110](#)), sobrestado no exercício de 2021 tendo em vista as tratativas nacionais do grupo de cybersegurança sobre as diversas vertentes de segurança da informação na Justiça Eleitoral.

Em que pese a elaboração, neste Tribunal, de todos os documentos exigidos na fase de planejamento pela **Resolução CNJ n. 182/2013** ([0667112](#), [0675488](#), [0687800](#), [0691048](#)), decidiu-se pela distribuição das contratações da solução pretendida a nível nacional entre os Tribunais Regionais, ficando a contratação de Firewalls e Secure Web Gateway à cargo deste Regional em conjunto com os TRE-AL e TRE-PE, sob coordenação do último.

Sendo assim, durante o exercício de 2022, nos termos definidos pelo próprio Tribunal Superior Eleitoral (TSE), coube ao TRE-PE a missão de conduzir o processo administrativo de contratação da solução pretendida como órgão gerenciador na elaboração dos documentos de planejamento, contemplando as demandas de todos os demais TREs interessados, inclusive, no que se refere a estimativa inicial do valor desta contratação para os demais tribunais, de acordo com as contratações



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

previstas na Estratégia Nacional para atender a Justiça Eleitoral do país (Ofício-Circular GAB-DG TSE nº 195/2022 (1821479)).

Dessa feita, no âmbito do TRE-PE foi instaurado o PSEI n. 0015391-39.2021.6.17.8000, levantando-se as necessidades de todos os Regionais interessados na contratação da solução (Ofício-Circular n. 198/2022 -SENIC - [0848983](#)), havendo o cumprimento de todos os procedimentos estabelecidos pela Resolução CNJ n. 182/2013, com a produção de todos os documentos exigidos no normativo que rege a matéria, dentre eles o ETP-PE juntado, nestes autos, no evento n. [0990942](#), demonstrando a necessidade da contratação a partir da análise da viabilidade técnica de implementá-la conjuntamente para todos os Regionais interessados.

O titular da STIC manifestou-se pela participação na contratação conjunta da *Solução de Firewall e Secure Web Gateway* e informou a estimativa de quantitativo para os itens 1, 2, 3, 4, 5 e 6 do Lote 1 do objeto, conforme manifestação n. 14/2022 ([0849219](#)), ratificada na Remessa juntada ao evento n. [0992585](#) após atualização dos valores unitários finais dos itens, já havendo sido expedido ofício pela Diretoria-Geral ([0849297](#)) ao órgão gerenciador (TRE-PE).

Para instruir o feito, foram juntados todos os documentos produzidos na fase de instrução e tramitação do processo administrativo referente ao Pregão Eletrônico TRE-PE nº 73/2022: Cotações de preços ([0705361](#), [0705362](#), [0705363](#), [0705364](#), [0726374](#) e [0730681](#)), Estudo Técnico Preliminar ([0990942](#)), Edital de Licitação - [0990949](#), contendo no Anexo I o Termo e Referência, Ata de Registro de Preços ARP nº 100/2022 - [0991731](#), Minuta do Contrato, parecer exarado pela assessoria jurídica do TRE-PE ([0990958](#)) e publicação do Extrato da Ata de Registro no DOU - [0996031](#).

Em cumprimento à determinação constante no evento n. [0992769](#), e com base nas informações constantes no evento n. [0991757](#) e anexos, a SECONT juntou minuta do instrumento contratual que irá reger a Contratação pelo TRE-RO ([0998064](#)), referente ao objeto constante da Ata de Registro de Preços n. 100/2022/TRE-PE (assinada em 23/12/2022, publicada no Diário Oficial da União - DOU n. 243, de 27/12/2022, Seção 3, fl. 221, com vigência por 12 meses, a partir da publicação de seu extrato no Diário Oficial da União, e gerenciada pelo Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco (TRE-PE).

Em seguida juntou-se aos autos a Programação Orçamentária no valor de R\$ 1.610.719,90 (um milhão, seiscentos e dez mil



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

setecentos e dezenove reais e noventa centavos) para custear a despesa ([0993992](#)), informando que a despesa pretendida pela Administração está adequada e compatível orçamentária e financeiramente com a lei orçamentária anual e compatibilidade com o plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias referentes a este exercício financeiro (Proposta orçamentária 2023 registrada no processo nº 0000150-50.2022.6.22.8000).

Instada, a AJSAOFC opinou, em síntese, pela inexistência de óbice legal na atuação do TRE-RO, como órgão participante na contratação da solução pretendida gerenciada pelo TRE-PE, divulgada meio do Ofício-Circular TRE-PE n. 198/2022/SENIC ([0848983](#)), processada no Pregão Eletrônico – SRP – n. 73/2022 (Processo SEI n. 0000057-28.2022.6.17.8000 - [0990949](#)), resultando na lavratura da ARP nº 100/2022 ([0991731](#)); pela possibilidade jurídica da contratação da solução de TIC pretendida nas quantidades registradas para este órgão participante na ARP n. 100/2022, que será firmada por meio da assinatura da Minuta do Contrato ([1002451](#)) com a empresa **OI S/A** - CNPJ n. 76.535.764/0001-43, dispensando-se uma nova análise jurídica das **minutas do edital e do contrato produzidas no âmbito do PE 73/2022**, uma vez que estes instrumentos foram APROVADOS pela assessoria jurídica do órgão gerenciador, conforme evento n. [0990958](#) (Parecer Jurídico N. 879/20202-TRE-PE/PRES/DG/ASSDG), registrando, tão somente a necessidade de verificação do prazo de vigência contratual relativa aos itens 5 e 6 (implantação e treinamento).

Considerando o apontamento inserido ao item 53 do parecer jurídico n. 87/AJSAOFC (evento [1001142](#)) relativo ao prazo de vigência contratual, e em atendimento ao determinado no evento [1001936](#), a SECONT juntou no evento [1002451](#) nova minuta de Contrato para o presente objeto contendo os ajustes solicitados.

De posse dos autos, a SAOFC manifestou-se ratificando da aprovação dos documentos elaborados na fase de planejamento no TRE-PE, pela autorização da contratação da solução de TIC pretendida via ARP nº 100/2022 ([0991731](#)), pela autorização para emissão de nota de empenho em favor da empresa **OI S/A**, inscrita no CNPJ sob o n. 76.535.764/0001-43, no valor total de R\$ 1.610.719,90 (um milhão, seiscentos e dez mil setecentos e dezenove reais e noventa centavos), por conseguinte formalização contratual nos moldes da minuta juntada no evento [1002451](#), com a publicação do ato na imprensa oficial em respeito ao princípio da publicidade ([1003086](#)).

Vieram os autos para apreciação nesta Diretoria-Geral.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Inicialmente, considerando tratar-se de contratação de Solução de Tecnologia da Informação e Comunicação, devem ser observadas as diretrizes específicas previstas pela Resolução CNJ nº 182/2013. No caso em apreço, conforme relatado, em que pese haver sido produzidos os documentos exigidos no âmbito deste Tribunal, todos foram desconsiderados tendo em vista a unificação da contratação em âmbito nacional gerenciado pelo TRE-PE, de modo que todos os trâmites prévios para aquisição do objeto pretendido foram definidos pelo TSE, como se verifica no Ofício-Circular GAB-DG TSE nº 195/2022 (1821479), juntado no Processo Administrativo SEI n.0001776-07.2022.6.22.8000, bem como das informações juntadas ao presentes autos ao evento n. [0990942](#) que demonstra que a equipe de planejamento do TRE-PE elaborou **ETP** (processo SEI nº 0000057-28.2022.6.17.8000).

Compulsando os autos, verifica-se que, conforme previsto na Estratégia Nacional de Cibersegurança TSE e TREs (2021 a 2024), a equipe de planejamento do TRE-PE assumiu a missão de conduzir o processo administrativo de contratação de soluções de aquisição de firewall com software de análise de logs, conexão 2FA para VPN e suporte/garantia. como órgão gerenciador, elaborando todos os documentos exigidos na legislação de regência e processando a contratação via certame licitatório (Pregão Eletrônico n. 73/2022/TRE-PE - [0990949](#)).

O procedimento resultou na assinatura e publicação da ATA DE REGISTRO DE PREÇOS TRE/SP Nº 100/2022 ([0991731](#)), o que viabilizou a contratação da SOLUÇÃO UNIFICADA por parte de todos os Tribunais Regionais Eleitorais participantes.

No caso em tela, a participação colaborativa deste Regional no PE nº 73/2022 conduzido pelo TRE-PE, para que possa contratar conjuntamente os objetos de interesse descritos no TR (anexo I do Edital juntado ao evento n. [0942857](#)), está amparado nas normas de regência (**artigo 2º, IV e prescrita pelo artigo 6º, ambos do Decreto nº 7.892/2013**). Ademais, tal medida reduziu sensivelmente os custos diretos e indiretos com os trâmites de um certame, além de possibilitar a redução dos valores estimados em razão da compra em escala gerada por este agrupamento de demandas. Nesses termos, tal medida atende aos princípios da eficiência e da economicidade, ficando demonstrada sua vantajosidade.

Como bem registrado no parecer da AJSAOFC, em que pese não haver informação acerca do registro e divulgação da IRP por meio do sistema pontuado no Decreto 7892/2013 (SIASG), verifica-se que o objetivo de publicidade preconizado pela norma foi preservado, consoante Ofício-Circular TRE-PE n. 198/2022/SENIC ([0848983](#)): e Ofício TRE-



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

RO n. 137/2022 - PRES/DG/GABDG ([0849297](#)), que possibilitaram a divulgação e participação de diversos TRE's da fase de planejamento da contratação compartilhada.

Além disso, em cumprimento aos termos trazidos na legislação de regência (art. 6º do Decreto 7892/13), ressalta-se que há registro da concordância com o objeto a ser licitado, inclusive seu quantitativo foi atendido, como se verifica nos documentos anexados aos eventos [0849219](#) e [0849297](#). E a ciência da ARP nº 100/2022, oriunda do PE nº 73/2022-TRE-PE, é atestada pela juntada da própria ata em questão nos autos ([0991731](#)), bem como tem-se que a inclusão no registro de preço foi formalizada neste Tribunal por meio dos documentos juntados no presente autos, iniciando-se com o Despacho nº 791/2022, de 24/06/2022, de lavra da Diretora-Geral deste Tribunal ([0848985](#)).

Em que pese a ausência de manifestação circunstanciada do secretário da SAOFC nos termos balizados pela IN TRE-RO 04/2008, houve deliberação tácita sobre o assunto pela autoridade competente (Diretora-geral, conforme inciso I do art. 1º da Portaria TRE-RO nº 66/2018), tornando o procedimento interno em comento regular, pois a autorização da DG supre as falhas em relação ao estabelecido pelo artigo 19 da IN mencionada.

No tocante à disponibilidade orçamentária e financeira, como já mencionado pelo bem lançado Parecer Jurídico AJSAOFC ([1001142](#)), é permitido desencadear o Pregão Eletrônico para formação de registro de preço, independentemente da existência de recursos financeiros para realização das contratações, consoante regra expressa contida no § 2º do art. 7º do Decreto nº 7.892/2013. Contudo, não há óbice para ser firmado o contrato com a detentora da ARP em análise, uma vez que a Programação Orçamentária ([0993992](#)), no valor de **R\$ 1.610.719,90** (um milhão, seiscentos e dez mil setecentos e dezenove reais e noventa centavos) comprova a disponibilidade orçamentária para abarcar com a despesa pretendida.

Pelo exposto, da análise dos presentes autos, verifica-se que todos os normativos que regem a matéria foram obedecidos no processo de contratação conjunta, havendo o cumprimento de todas as fases e produção de todos os documentos exigidos nos diplomas normativos em vigor, bem como apurada a vantajosidade da aquisição pela unidade solicitante, e com base nas atribuições conferidas pela Portaria GP nº 66/2018:

1 - Autorizo a despesa, para contratação nas quantidades dos itens solicitadas pela unidade técnica ([0943358](#)) e registradas para este



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

órgão participante na ARP n. 100/2022 ([0991731](#)), gerenciada pelo TRE-PE, que será firmado por meio da assinatura da Minuta do Contrato ([1002451](#)) com a empresa OI S/A, inscrita no CNPJ sob o n. 76.535.764/0001-43, com fulcro **art. 15, II, da Lei n. 8.666/93 c/c no art. 4º, do Decreto Federal nº 7.892/2013 c/c art. 19 da IN TRE-RO nº 004/2008**; e

2 - Autorizo a emissão da nota de empenho em favor da empresa OI S/A, inscrita no CNPJ sob o n. 76.535.764/0001-43, no valor de **R\$ 1.610.719,90** (um milhão, seiscentos e dez mil setecentos e dezenove reais e noventa centavos), condicionada à regularidade fiscal da empresa.

3- Determino a divulgação do extrato da nota de empenho ou do contrato e demais documentos necessários no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), e no sítio eletrônico oficial do TRE-RO.

À SAOFC para continuidade com vistas à contratação pretendida.



Documento assinado eletronicamente por **LIA MARIA ARAÚJO**

LOPES, Diretora Geral, em 03/05/2023, às 18:26, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **1003738** e o código CRC **CA2D36E3**.